



MP do Brasil Carinhoso deve ser votada no esforço concentrado



Notícias de Itaboraí

Senado pode avaliar esta semana medida para combater a extrema pobreza na primeira infância e apoiar a educação infantil e a construção de equipamentos sociais

Apauta do período de esforço concentrado que começa amanhã deve incluir a proposta que cria o Programa Brasil Carinhoso. As medidas previstas incluem a transferência de recursos da

União para apoiar as creches e a educação infantil, novas regras para o Programa Minha Casa, Minha Vida e autorização para o uso do regime diferenciado de contratações no setor da educação. **4**

Famílias atualizam cadastro do Programa Bolsa Família, no qual foi incluído o benefício do Brasil Carinhoso para crianças de zero a 6 anos

Anibal Diniz: energia mais barata poderia ajudar indústria

“Redução de tarifa terá impactos determinantes no crescimento do país”, defendeu. **4**

Paim pede apoio de governos a ações sociais contra a violência

Para senador, é preciso achar uma solução que impacte positivamente a realidade do país. **3**

Projeto que regulamenta terceirização é criticado

Em debate, na quinta-feira, sindicalistas criticaram projeto que tramita na Câmara dos Deputados para regulamentar a

terceirização de funcionários. Segundo eles, proposta enfraquece direitos trabalhistas visando reduzir custos das empresas. **3**



Gerardo Magela/Agência Senado

Dados apresentados na audiência na CDH indicam que terceirizados ganham 27% menos e trabalham mais que os efetivos

Com presença de ministro, Senado apresentará revista sobre inovação **2**



Reprodução

Comissão fará debate sobre política de cotas raciais **3**

Livro-arte sobre cidade histórica será lançado hoje na Biblioteca do Senado

Fotografias e pesquisas preenchem as 400 páginas de *História Viva — Conceição do Mato Dentro*, sobre uma das mais importantes cidades do Ciclo do Ouro. **4**



Divulgação

Marco Antonio Raupp, da Ciência, Tecnologia e Inovação, estará nesta quarta, na Comissão de Ciência e Tecnologia, para o lançamento da 12ª edição da revista editada pela equipe do **Jornal do Senado**

Em discussão! será lançada com presença de ministro

O 12º NÚMERO da revista *Em discussão!*, que aborda a inovação tecnológica no Brasil, será lançado na quarta-feira, às 9h, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com a presença do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp. Também participam do evento Eduardo Braga (PMDB-AM), presidente da CCT, e Fernando Cesar Mesquita, diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs), órgão responsável pela publicação.

A revista faz um raio-x de como o Brasil promove a inovação, desde a pesquisa básica até a oferta de produtos no mercado internacional. O diagnóstico mostra o país muito distante de seus competidores, oferecendo produtos com pouca tecnologia agregada.

Burocracia, falta de recursos, distância entre pesquisa e indústria e falhas do sistema educacional são apontados como alguns dos entraves.



Nas 72 páginas da revista, são apresentadas as políticas do governo voltadas a dar maior competitividade à produção nacional — como a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação —, tendo como objetivo aumentar os investimentos, públicos e privados, em pesquisa e desenvolvimento.

Diversos projetos no Senado também visam melhorar a competitividade. Caso do PLS 619/11, de Eduardo Braga, que institui o Código Nacional de

Ciência e Tecnologia.

A revista teve como base o seminário Caminhos para a Inovação, realizado em 14 de junho pela CCT, com a presença do físico Marcelo Gleiser e do neurocientista Miguel Nicolelis, entre outros especialistas.

Em discussão! é editada pela equipe do **Jornal do Senado** e aborda temas debatidos nas comissões da Casa. As edições podem ser acessadas em www.senado.gov.br/emdiscussao.

Maia quer ajustar calendário para votar Código Florestal

O presidente da Câmara, Marco Maia, deve pedir ao presidente do Senado, José Sarney, que convoque os senadores para sessões de votação na última semana de setembro, visando evitar que a Medida Provisória do Código Florestal perca a validade.

A votação da matéria (MP 571/12) na Câmara estava prevista para a semana passada. Por falta de acordo, foi transferida para o dia 18. Caso seja aprovada na nova data pelos deputados, restarão a última semana de setembro e a primeira de outubro para o exame do texto no Senado.

Mas não há sessões de votação marcadas para os senadores neste período dentro do esforço concentrado que antecede as eleições. A MP tem de ser votada até 8 de outubro para não caducar.

A medida provisória foi editada para cobrir lacunas deixadas por vetos da presidente Dilma Rousseff ao novo Código Florestal (Lei 12.651/12) e, caso perca a validade, as partes vetadas ficarão sem previsão jurídica.

Cerrado será tema de audiência pública no Senado

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) discute nesta quinta a realidade do Cerrado.

O Cerrado é a savana mais rica do mundo em diversidade biológica, abrigando 11.627 espécies de plantas nativas.

Foram convidados para o debate, entre outros, o diretor-presidente da Embrapa, Pedro Antonio Arraes, e o secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Roberto Brandão Cavalcanti.

A CMA iniciará amanhã, Dia Nacional do Cerrado, a exposição *Cerrado Vivo*, com fotos da Embrapa Cerrados. A mostra será aberta às 18h30, na Biblioteca do Senado, e poderá ser visitada até o dia 28.

Logo após a inauguração da exposição, serão lançados os livros *Arborização Urbana no Distrito Federal — história e espécies do Cerrado e Vida — uma poesia ao Cerrado*.

Segundo Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da CMA, os eventos chamam atenção para a necessidade de proteção do bioma.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO: Sessão para debates

14h A sessão plenária será não deliberativa, destinada a pronunciamentos de parlamentares.

PRESIDÊNCIA: História Viva

18h30 O presidente do Senado, José Sarney, participa da apresentação do livro *História Viva — Conceição do Mato Dentro*, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

CDH: Igualdade racial

9h A ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade, Luiza Helena de Bairros, participa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa de debate sobre o Estatuto da Igualdade Racial.

CMA/CI: Preço de passagem aérea

14h Audiência pública conjunta analisa os elevados preços das passagens nas regiões Norte e Nordeste. Foram convidados representantes do Conselho Empresarial de Políticas Urbanas, da Secretaria de Aviação Civil e de empresas aéreas.

TERÇA

CDH: Desafios do envelhecimento

9h Para debater o tema estão convidados, entre outros, a ministra Maria do Rosário (Direitos Humanos) e a subsecretária Vera Soares (Políticas para Mulheres).

CE: Crime hediondo

11h Analisa projeto que inclui no rol dos crimes hediondos o desvio de verbas destinadas a programas de educação e saúde. Outro projeto beneficia professor pós-graduado com mais de um trabalho.

CMA: Agências reguladoras

11h30 Analisa projeto que submete as agências reguladoras à auditoria anual por parte do Tribunal de Contas da União (TCU). Outra proposta trata das condições dos serviços pré-pagos.

CDC: Defesa do consumidor

14h30 Apresentação do plano de trabalho da comissão temporária que examinará proposições legislativas destinadas a atualizar o Código de Defesa do Consumidor.

LANÇAMENTO: Cerrado Vivo

18h30 Abertura da exposição *Cerrado Vivo* e lançamento dos livros *História e Espécies do Cerrado e Vida — uma poesia ao Cerrado*. A iniciativa é da Comissão do Meio Ambiente (CMA).

QUARTA

CMA: Água

8h30 Promove debate sobre grandes reservatórios de água. Entre os convidados, está o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Guillo.

CCT: Revista Em Discussão!

9h Comissão lança a 12ª edição da revista *Em Discussão!*, que trata de ciência e tecnologia. Em seguida, realiza reunião para votação de projetos.

CAS: HPV e lúpus

9h Comissão analisa projeto que determina a imunização contra o papilomavírus (HPV) pelo SUS e proposta de proteção dos direitos do doente de lúpus.

CE: Educação e federalismo

10h Debate sobre a federalização da educação terá representantes do Ministério da Educação, do Movimento Todos pela Educação e da Fundação Getulio Vargas.

CC: Anistia

10h Projeto que dispõe sobre a reabertura de prazo a anistiados e empregados que se mantiveram nas empresas em processos de liquidação e de dissolução.

CPI: Relatório final

10h15 Apresentação do relatório final da comissão parlamentar de inquérito que investiga o tráfico de pessoas.

CI: Indústria petrolífera

14h Comissão pode analisar, entre outros, projeto que prorroga incentivos à indústria petrolífera. Outra proposta trata do embarque gratuito de bagagem no transporte rodoviário.

CDR: Plano diretor

14h Na pauta, projeto que institui o dever da União de ajudar os municípios a elaborar o plano diretor, além de proposta que concede a municípios carentes incentivos para a construção de casas populares.

QUINTA

CAS: Políticas para motos

8h Seminário debate políticas para o trânsito de motos, com os ministros Alexandre Padilha (Saúde), Aguinaldo Ribeiro (Cidades) e Brizola Neto (Trabalho).

CMA: Dia do Cerrado, 11 de setembro

15h30 Para marcar a data, comissão promove debate com representantes da Embrapa, Ministério do Meio Ambiente, Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado e Rede Cerrado, entre outros.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burler

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Paim defende medida impactante para combater a violência no país

A violência é uma questão complexa, que pode ser abordada sob os aspectos político, econômico, jurídico, filosófico, estrutural, social e econômico, segundo Paulo Paim (PT-RS). O senador afirmou que “é preciso encontrar uma solução que impacte positivamente a realidade brasileira, em que a violência passou a compor o dia a dia do trabalhador”.

— Cresce, na população, a percepção de vulnerabilidade ao crime — lamentou.

Citando pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Paim disse que mais de 90% dos brasileiros entendem que a violência está aumentando no país.

O senador pediu mais investimentos em educação e criticou a impunidade. Também ressaltou que é contra a redução da maioridade penal.

— Primeiro, jogarão para 14; depois, jogam para 12; daqui a pouco, vão querer que crianças com 10 anos estejam nos cárceres — disse o parlamentar.

Paim lamentou que boa parcela dos adolescentes e jovens esteja envolvida com drogas e violência. Ele

reconheceu que os governos têm tomado medidas para tentar conter a violência, “mas os objetivos ainda estão muito distantes”. O senador sugeriu a implementação de programas culturais como forma de reduzir o envolvimento dos jovens com o crime.

— Devemos insistir na cobrança de ações efetivas por parte dos governos e apoiar as iniciativas que brotam da sociedade — declarou.

Universindo Díaz

Paim também lamentou a morte do historiador uruguaio Universindo Díaz, vítima de câncer. Díaz morreu no último fim de semana, aos 60 anos. O senador disse que o historiador lutou contra a ditadura militar uruguaia, tendo sido sequestrado e torturado na década de 1970.

— Foi um exemplo de luta pela democracia e pela liberdade — afirmou.

Paim ainda registrou que recebeu, na CDH, como presidente do colegiado, a visita de 70 alunos formandos da Universidade de São Paulo (USP), para uma conversa sobre cotas universitárias, meio ambiente e programas sociais, entre outros assuntos.

Audiência vai debater Estatuto da Igualdade Racial e cotas

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa promove audiência hoje, às 9h, para discutir a importância da política de cotas e o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10). A iniciativa para o debate é de Paulo Paim.

Foram convidados a presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marta Maria Azevedo; a ministra de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Helena de Bairros; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante; e o reitor da Universidade de Brasília (UnB), José Geraldo de Sousa Junior. Também devem participar do debate o presidente da Fundação Cultural Palmares, Eloi Araujo; a secretária de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal, Josefina dos Santos; os representantes da Comissão Nacional Permanente da Articulação dos Povos Indígenas (Apib), Rosane de Mattos, e da Educação para Afrodescendentes e Carentes (Educafro), Fernando Benício; o ex-coordenador do curso de Direito da Faculdade Zumbi dos Palmares Hélio Silva Júnior; e a pesquisadora Edna Roland.

Comissões promovem debate sobre preço de passagens aéreas

As comissões de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) e de Serviços de Infraestrutura (CI) realizarão audiência hoje, às 14h, para debater as rotas aéreas e os elevados preços das passagens nas regiões Norte e Nordeste. O debate atende a requerimento de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Jorge Viana (PT-AC) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Estão convidados o presidente do Conselho Empresarial de Políticas Urbanas, José Aparecido Ribeiro; o presidente da MAP Linhas Aéreas, Marcos José Pacheco; e o assessor de Relações Institucionais da Gol Linhas Aéreas, Alberto Fajerman.

Também devem estar presentes o diretor de Relações Institucionais da Trip Linhas Aéreas, Victor Rafael Rezende Celestino, e o diretor do Departamento de Política de Serviços Aéreos da Secretaria de Aviação Civil, Ricardo Chaves de Melo Rocha. O diretor de Relações Institucionais da Passaredo Linhas Aéreas, Jorge Alberto Vianna, e o diretor de Assuntos Corporativos da TAM Linhas Aéreas, Marcelo Mendonça, completam a lista de debatedores.



Sindicato critica texto que regulamenta terceirização

Para entidades, projeto que cria regras para a terceirização de funcionários enfraquece direitos trabalhistas e reduz gastos das empresas; neste momento, proposta tramita na Câmara dos Deputados

O PROJETO DE lei que regulamenta a terceirização (PL 4.330/04) é alvo de críticas de sindicatos e outras entidades que defendem os trabalhadores. Eles acusam a proposta de enfraquecer os direitos dos empregados, visando assim reduzir os custos das empresas.

Essas críticas deram a tônica da audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH) realizou na quinta-feira passada.

— O projeto permite que a terceirização seja prática corrente em todos os setores, transformando as relações de trabalho em relações comerciais — disse a economista e assessora sindical Marilane Teixeira.

Hélio Gherardi, consultor jurídico do Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (Diap), disse que, “assim como todas as propostas que tentam alterar a legislação trabalhista, esse projeto visa única e exclusivamente amparar o sistema econômico”.

O autor do projeto, deputado federal Sandro Mabel (PR-GO) argumenta que a proposta oferece segurança jurídica aos terceirizados, com regras claras tanto para os trabalhadores quanto para seus contratantes. Ao comentar no ano passado os protestos contra o projeto, ele disse que “essas pessoas não querem admitir que a terceirização existe, mas ela existe e precisa ser regulamentada”.

Atualmente, a proposta tramita na Câmara. Aprovada, passará a tramitar no Senado.

Duas empresas

Outra crítica é ao item que estabelece a responsabilidade subsidiária da empresa contratante nos direitos trabalhistas. No processo de terceirização, em vez de a empresa contratar

diretamente os funcionários, ela (a empresa contratante) se utiliza dos serviços de outra empresa (a prestadora de serviços), que é quem contrata os trabalhadores terceirizados.

Na responsabilidade subsidiária, o trabalhador terceirizado só pode exigir que a empresa contratante pague os direitos trabalhistas após esgotarem os recursos para a execução contra a prestadora de serviços.

Responsabilidade

Por causa disso, os críticos do projeto de Mabel defendem a responsabilidade solidária — que permitiria ao terceirizado acionar conjuntamente tanto a prestadora de serviços quanto a empresa contratante.

— Defendemos a responsabilidade solidária. É questão de princípio — disse Marilane

Um dos pontos polêmicos do texto é o que prevê a “responsabilidade subsidiária”

Teixeira, acrescentando que “a responsabilidade subsidiária faz o trabalhador levar anos para receber”.

A responsabilidade solidária também foi defendida pelo juiz Germano Siqueira, diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Ele frisou que “o ente público [quando contrata uma prestadora de serviços] não pode ser deixado de fora e tem de responder pelos direitos trabalhistas”.

Além de defender a responsabilidade solidária, Siqueira sustenta que é preciso haver paridade de direitos entre os terceirizados e os funcionários diretamente empregados pela empresa contratante.

— A ausência da paridade de direitos é que faz esse sistema funcionar — declarou o representante da Anamatra.

A audiência foi conduzida pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS).

Salários baixos, menos direitos e mais acidentes

Na audiência pública da CDH, um dos focos foi a precariedade das condições de trabalho dos terceirizados.

Os principais problemas, segundo os debatedores, são baixos salários, ausência de direitos trabalhistas e grande rotatividade nos postos de trabalho.

De acordo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), os terceirizados ganham 27,1% menos que os diretamente contratados, trabalham três horas semanais a mais, têm menos benefícios e estão mais sujeitos a acidentes de trabalho.

— Onde tem terceirização tem precarização. Não tem igualdade de direitos. Fere a Constituição — disse a secretária de Relações de Trabalho da CUT, Maria das Graças Costa.

Segundo estimativa apresentada pelo presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo Azevedo Lima, mais de 10 milhões de trabalhadores são terceirizados.

De acordo com a secretária da CUT, eles são muitas vezes vistos e tratados nas empresas como “trabalhadores de segunda classe”.

Para a economista Marilane Oliveira Teixeira, pesquisadora do Centro de Estudos sobre Sindicalismo e Relações do Trabalho da Unicamp, o número elevado de trabalhadores com esse tipo de vínculo contratual não condiz com a atual situação político-econômica do país.

— Poucos ousam afirmar no meio empresarial que a terceirização é uma estratégia para redução de custos — disse.

MP do Brasil Carinhoso deve ser votada esta semana

Principal objetivo é combater a extrema pobreza na primeira infância, com aumento da oferta de creches e garantia de renda de pelo menos R\$ 70 por pessoa às famílias de crianças de até 6 anos

A PAUTA DO próximo período de esforço concentrado do Senado, com início amanhã, deve incluir o projeto de lei de conversão que cria um novo benefício no Programa Bolsa Família: o Brasil Carinhoso. O prazo para a votação do PLV 16/12, resultante da Medida Provisória 570/12, vai até 25 de setembro.

O Programa Brasil Carinhoso foi lançado em maio pela presidente Dilma Rousseff. As medidas incluem a transferência de recursos da União para apoiar as creches e a educação infantil, novas regras para o Programa Minha Casa, Minha Vida e autorização para o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) no setor da educação.

Uma das principais alterações promovidas pelo texto do PLV é a criação, no âmbito do Bolsa Família, de um benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância. O objetivo do governo é garantir uma renda de pelo menos R\$ 70 por pessoa a famílias com crianças entre zero e 6 anos de idade nessa situação.

Dados do Censo de 2010, do IBGE, mostram que a taxa de extrema pobreza para a população de zero a 3 anos é de 13,4%, uma proporção 66,5% superior à verificada na população em geral. As crianças nessa faixa etária que integram famílias de menor renda também têm maior dificuldade de acesso a creches. As vulnerabilidades, segundo o texto, produzem impacto no desenvolvimento infantil.

Em 2012, o benefício custará R\$ 1,29 bilhão, abrangendo 2,21 milhões de famílias. Para 2013, serão R\$ 2,29 bilhões, para 2,28 milhões de famílias. Para 2014, o valor previsto é de R\$ 2,36 bilhões, para 2,35 milhões de famílias.



Em 2012, benefício de R\$ 70 por pessoa chegará a 2,21 milhões de famílias

Programa inclui educação infantil e equipamentos sociais

O Programa Brasil Carinhoso também tem como objetivo ampliar as vagas na educação infantil. Para isso, o texto prevê o apoio financeiro da União aos municípios e ao Distrito Federal para a abertura de novas turmas em estabelecimentos públicos e instituições sem fins lucrativos.

O valor do apoio terá como base o número de crianças atendidas nas novas turmas e o valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente para educação infantil. Para as creches, esse valor será de 50% do definido para a educação infantil. Em 2012, excepcionalmente, corresponderá a 25%.

O uso de regime especial de

licitação em obras e serviços de engenharia do sistema público de ensino foi incluído no texto. O regime é hoje aplicado às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de grandes eventos esportivos, como a Copa de 2014.

Alterações no Programa Minha Casa, Minha Vida permitirão o uso do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) para a construção de equipamentos sociais (como centros de saúde, escolas, asilos) em terrenos públicos e a doação para os estados e municípios, que deverão se comprometer a assumir a operação, guarda e manutenção desses equipamentos.

Para Anibal, redução da tarifa elétrica ajudará na recuperação da indústria

Anibal Diniz (PT-AC) afirmou que a redução do custo da energia elétrica terá “impactos determinantes e duradouros” no crescimento do país.

Para o senador, a medida, que está sendo adotada pelo governo federal, vai abrir espaço para que o Brasil tenha ganhos em eficiência e produtividade.

— É um caminho para a recuperação da indústria e

isso significa abrir caminho para mais desenvolvimento — explicou.

Anibal Diniz ressaltou que o alto custo da tarifa elétrica e a elevada carga tributária são entraves à competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo e também um item de peso na conta do consumidor individual.

— Vale lembrar que o clamor quanto ao preço da



Anibal Diniz: governo acerta ao reduzir preço da energia elétrica

energia elétrica atinge brasileiros de todos os estados da União — afirmou o senador, em pronunciamento.

Seminário na Biblioteca do Senado lança livro-arte sobre cidade histórica do Brasil

Será apresentado hoje na Biblioteca do Senado, às 18h30, o livro-arte *História Viva — Conceição do Mato Dentro*, que em 400 páginas reúne imagens do fotógrafo Jorge Santos e histórias de uma das mais importantes cidades brasileiras no Ciclo do Ouro, fundada em 1702 em Minas Gerais.

Com 1.500 exemplares na primeira edição, o livro apresenta tradições afro-brasileiras e expedições sertanistas no Espinhaço Mineiro, onde ainda hoje são cultivadas religiões da época da expansão do Brasil colonial.

— Neste lançamento, o livro será doado a autoridades e instituições presentes. Vamos também distribuir uma versão em CD-ROM — disse Loryel Rocha, um dos idealizadores do projeto.

Participaram do desenvolvimento do livro especialistas e personalidades como Mário Soares, ex-presidente de Portugal. Loryel conta que o trabalho começou em 2009 e resultou no reconhecimento da serra do Espinhaço como patrimônio da humanidade, pela Unesco.

O lançamento abre o 1º Seminário sobre o Imaginário Luso-Afro-Brasileiro, que continua amanhã e quarta-feira na Universidade de Brasília como parte das comemorações pelos 50 anos da instituição. Com entrada franca, haverá palestras baseadas no trabalho do filósofo Agostinho da Silva e do diplomata José Aparecido de Oliveira. A programação completa está na internet (<http://imaginariolusoafrobrasileiro.blogspot.com.br>).

Relator do Código do Consumidor mostrará plano de trabalho amanhã

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) deverá apresentar amanhã seu plano de trabalho como relator dos projetos de atualização do Código de Defesa do Consumidor.

Será o início do esforço da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor para a consolidação, em um texto substitutivo, das propostas sobre o assunto.

A comissão temporária, da qual Ferraço é relator, deverá emitir parecer sobre três projetos de lei subscritos pelo presidente da Casa, José Sarney.

Essas propostas resultaram de anteprojetos elaborados por uma comissão de juristas.

O PLS 281/12 trata do comércio eletrônico. O PLS 282/12 disciplina as ações judiciais coletivas. O PLS 283/12 visa à prevenção do excessivo endividamento das pessoas.

O prazo para apresentação de emendas se encerrará no dia 28. Entre 1º e 15 de outubro, devem ser apresentados os relatórios parciais sobre as propostas. O relator terá de 16 a 22 de outubro para apresentar seu texto final, com a consolidação das propostas.

Texto obriga operadora a detalhar gastos de celulares pré-pagos

No esforço concentrado desta semana, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) deverá votar o projeto que obriga as operadoras de celular a oferecer a cada usuário, na internet, informações detalhadas sobre o uso dos créditos dos planos pré-pagos. A proposta é um dos 18 itens para exame na reunião de amanhã.

Com o PLS 52/11, a autora, Lídice da Mata (PSB-BA), quer garantir aos consumidores o direito de se informar sobre o uso dos créditos. Por causa da diversidade de planos e promoções, a senadora diz que as informações desde o início “não primam pela clareza”. Além disso, observa que os assinantes enfrentam dificuldade para acompanhar seus gastos.

Loja virtual pode ser obrigada a ter canal de relacionamento

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) pode votar na quarta-feira projeto que obriga os sites de comércio na internet a divulgar aos clientes, de maneira clara e ampla, informações para contato.

O projeto (PLC 106/11) inclui no Código de Defesa do Consumidor a obrigação de as lojas virtuais informarem seus números de inscrição estadual e do CNPJ, endereços postal e eletrônico para fins de citação, telefones para atendimento pessoal e outros canais de relacionamento com clientes. Tais dados, mais o site da loja, terão de constar nas notas fiscais emitidas. De autoria do deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), o projeto tem voto favorável do relator, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).